

Sábado e domingo, 4 e 5 de outubro de 2025

Angela Azevedo é uma das representantes de Petrópolis na Copa Carioca de Taekwondo 2025

A jovem atleta Angela Azevedo, de apenas 15 anos, será uma das representantes de Petrópolis na Copa Carioca de Taekwondo 2025, que teve início no dia 2 e segue até 5 de outubro, na Vila Olímpica de Duque de Caxias. O torneio, que reunirá centenas de competidores de diversas categorias, é organizado pela Federação de Taekwondo do Estado do Rio de Janeiro (FTKDERJ) e conta com o apoio da Confederação Brasileira de Taekwondo (CBTKD), da Marinha do Brasil e da Prefeitura de Duque de Caxias.



ATLETA Angela Azevedo

Mais do que um campeonato estadual, a Copa Carioca se consolida como uma das competições mais relevantes do calendário da modalidade. O evento funcionará como seletiva direta para a Copa do Brasil de Taekwondo, programada pela CBTKD, e ainda servirá como base para futuras convocatórias de atletas-estudantes em torneios escolares de nível nacional. Além disso, os resultados obtidos em Duque de Caxias contarão pontos preciosos para o Ranking Estadual da FTKDERJ, que premiará, ao fim da temporada, os melhores atletas no "Best of Taekwondo Rio 2025". Para os faixas

pretas, os primeiros colocados também garantem pontuação no Ranking Nacional da CBTKD, aumentando as chances de projeção internacional.

Angela chega ao campeonato embalada por uma trajetória marcada pela atuação em 2022, por meio de um projeto social criado para acolher jovens impactados pelas tragédias climáticas em Petrópolis. Desde então, sob a orientação do treinador Victor Lacerda, com o apoio dos mestres Chang e Franklin, no Rio de Janeiro, e incentivo do Colégio Koeller, onde estuda como bolsista, a atleta transformou disciplina em resultados expressivos, tornando-se inspiração para outros jovens.

Por Robson Albergaria – Diário de Petrópolis

A temporada 2025 da Fórmula 1 entra em sua reta decisiva e, após o fim da parte europeia, restam apenas sete corridas para o encerramento do campeonato. A sequência começa neste final de semana, com o Grande Prêmio de Singapura, uma das etapas mais tradicionais e desafiadoras do calendário. Além da expectativa pelo espetáculo noturno em Marina Bay, a prova pode definir o título de construtores da temporada. A McLaren lidera com 632 pontos, contabilizando 12 vitórias e 27 pódios, enquanto Mercedes, com 290, e Ferrari, com 286, aparecem na sequência. A conquista da escuderia britânica poderia ter sido selada já no GP do Azerbaijão, mas a vitória de Max Verstappen adiou os planos do time da McLaren.

Os treinos livres de sexta-feira (3) deram uma amostra do que pode acontecer no fim de semana. No primeiro treino, Fernando Alonso surpreendeu ao marcar o melhor tempo com a Aston Martin, superando Charles Leclerc e Max Verstappen. O brasileiro Gabriel Bortoleto

encerrou a sessão em 17º lugar.

Já no segundo treino, a McLaren voltou a ditar o ritmo e mostrou força para buscar mais uma vitória. Oscar Piastri cravou 1m30s174 em sua melhor volta e garantiu a primeira posição, seguido por Isack Hadjar e Verstappen. A atividade, no entanto, foi marcada por incidentes, incluindo uma batida incomum nos boxes, quando Charles Leclerc foi liberado pela Ferrari em cima de Lando Norris e acabou atingindo a lateral da McLaren. O monegasco ficou sob investigação e por fim a equipe italiana foi multada pela falta e o piloto ficou insento de alguma punição. Nesta sessão, Bortoleto finalizou em 15º lugar.

Sobre a pista

O Grande Prêmio de Singapura é realizado desde 2008 no Circuito Urbano de Marina Bay e ficou marcado como a primeira corrida noturna da história da Fórmula 1. O traçado é conhecido como um dos mais exigentes do calendário, tanto pela dificuldade técnica quanto pelas condições climáticas.



CORRIDA NOTURNA em Marina Bay pode consagrar McLaren campeã no Mundial de Construtores

O calor, a umidade elevada, o asfalto irregular e as curvas apertadas impõem um enorme desgaste físico, a ponto de pilotos perderem vários quilos durante a corrida devido à desidratação. Por ser uma prova noturna, um sofisticado sistema de iluminação transforma o cenário em um espetáculo à parte, com visuais impressionantes, mas também com reflexos e contrastes que exigem ainda mais atenção dos competidores.

Onde assistir e horários

Sábado (4):
Treino livre 3:
6h40 (de Brasília)

Classificação:
10h (de Brasília)

Domingo (5):
Corrida: 9h
(de Brasília)

A transmissão será feita ao vivo na TV aberta pela Band.

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 04/10/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

ATA DA 24ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Pleno da Câmara Municipal de Petrópolis, verificando o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e cinquenta e três minutos o Presidente, o Vereador Júnior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Thiago Damaceno que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** GP Diversos nº: 8714/2025; GP Diversos nº: 503/2025 CMP (8731/2025); Projeto Substitutivo nº: 8721/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Projeto de Lei nº: 8730/2025 do Vereador Gil Magno; Projeto de Lei nº: 8737/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Projeto de Lei nº: 8750/2025 da Vereadora Professora Lívia; Projeto de Lei nº: 8774, 8775, 8776 e 8778/2025 do Vereador Wesley Barreto; Projeto de Lei nº: 8782/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Indicação Legislativa nº: 8779, 8781 e 8784/2025 do Vereador Wesley Barreto; Indicação nº: 8713/2025 do Vereador Tiago Leite; Indicação nº: 8716 e 8729/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 8718/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 8719, 8720, 8744, 8743 a 8749, 8751, 8753 a 8760, 8762, 8763, 8765, 8767, 8768, 8772 e 8773/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 8722, 8734 e 8740/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 8724, 8726, 8732, 8735, 8736, 8761, 8764, 8769 a 8771/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 8725, 8733 e 8752/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Terminada a leitura do **EXPEDIENTE**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim o primeiro Vereador: **1) LEO FRANCA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Comentou sobre a paralisação dos trabalhadores da empresa TURP, ocorrida na tarde anterior. Relatou que, após sair da audiência de apresentação do quadrimestre da educação, fez questão de conversar com os rodoviários que, de maneira ordeira e pacífica, se manifestavam no terminal de Itaipava. Segundo ele, as críticas dos trabalhadores eram recorrentes: atraso no pagamento de salários, descumprimento do dissídio coletivo, ausência de cesta básica e de vale a que têm direito, além do atraso no depósito do FGTS e do pagamento das férias, que deveria ocorrer com 48 horas de antecedência. Relatou que, por volta das 23h, os rodoviários pediram que tentasse contato com o prefeito da cidade. Ele fez a ligação em viva-voz, mas não obteve resposta, possivelmente porque o prefeito já estivesse dormindo naquele horário. Em seguida, foi solicitado que tentasse contato direto com o dono da empresa, o que ele também fez em viva-voz. O proprietário da TURP se comprometeu a realizar os pagamentos às 10h do dia seguinte. Informou que, já às 11h da manhã, recebeu mensagens de rodoviários confirmando que o pagamento havia sido efetuado. Destacou, contudo, que permanece um pedido dos trabalhadores: a realização de uma reunião com o poder executivo, com o apoio dos 15 vereadores, para que se busque uma solução definitiva que garanta o pagamento em dia de salários, cestas, vales e depósitos do FGTS. Solicitou que essa reunião fosse marcada na Câmara, com a presença do prefeito, do presidente da CPTrans, da Setranspetro e dos empresários de ônibus. Na sequência, abordou um segundo tema. Pediu a atenção do presidente da

Câmara e comentou sobre a audiência realizada no dia anterior, referente ao quadrimestre da educação. Lamentou que, durante a audiência, alguns profissionais da educação — que recebem gratificações do atual governo — tenham feito piadas e tentado abafar a voz da oposição, que exerce o legítimo direito de cobrar melhorias na merenda escolar. Ressaltou, entretanto, a condução exemplar da audiência pela vereadora e professora Lívia, que conseguiu organizar os trabalhos e trazer à tona problemas como o atraso de pagamento dos funcionários da Comdep, dos estagiários, dos contratados e dos fornecedores da Secretaria de Educação. Trouxe ainda uma "boa notícia": apresentou à Casa o relatório da Secretaria de Fazenda, que será debatido em audiência pública na semana seguinte. Segundo os dados, o prefeito Hingo teria colocado em prática o chamado "plano B", aumentando significativamente os investimentos. Ele apontou que, apenas na saúde, já haviam sido aplicados R\$ 394 milhões em recursos próprios, atingindo 36,09%. afirmou que, com esse montante, não deveria haver atraso de pagamentos a RPAs, falta de medicamentos ou inadimplência com fornecedores. Na educação, o relatório indicaria um investimento de R\$ 315 milhões, alcançando 28,92% — percentual muito superior aos 11,94% de quatro meses atrás. Destacou ainda o investimento de R\$ 43 milhões em saneamento básico, mas questionou se havia de fato alguma obra em andamento na cidade, pois não via atuação nem da empresa Águas do Imperador, concessionária desde 1997, nem da própria prefeitura. Questionou a veracidade dos dados apresentados e afirmou que, se o relatório for verdadeiro, encaminhará estagiários, fornecedores e contratados para cobrarem diretamente na Secretaria de Educação e na de Saúde. Apontou ainda contradições no discurso da secretária de Educação, que declarou preparar um salto de qualidade, mas ao mesmo tempo reconheceu que os projetos estão paralisados desde maio. Por fim, ele fez duras críticas ao prefeito, afirmando que se trata de um governo sem seriedade, que não atende rodoviários, não valoriza a saúde, não prestigia a educação e que se limita a comparecer a festas e eventos. Ressaltou que o prefeito foi vaiado ao participar de um evento de merenda escolar e ironizou o vídeo gravado por ele sobre o radar da banda X, lembrando que sem melhorias no arruamento do Morin seria possível instalar o equipamento. Concluiu afirmando que há falta de coerência e responsabilidade na gestão municipal e que, diante disso, quem sai ganhando é a concessionária Águas do Imperador, que continua lucrando enquanto a população sofre com rios assoreados. Agradeceu e despediu-se. **2) JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Comentou a apresentação do relatório do quadrimestre da educação, ocorrida no dia anterior. Ressaltou sua preocupação com a manutenção dessas audiências públicas, já que, segundo a última decisão judicial, a prefeitura estaria desobrigada de apresentá-las. Lembrou, contudo, que ainda existe prazo para recurso e informou ter colocado seu gabinete à disposição do jurídico da Câmara, já que a ação foi movida pela gestão anterior. Destacou que a apresentação do quadrimestre é essencial para que se acompanhe o funcionamento da educação no município, a execução de obras nas escolas, a regularidade da merenda, os pagamentos de professoras, professores, educadoras, cuidadoras, merendeiras e inspetores, além da quantidade de servidores, terceirizados e contratados via RPA. Segundo ela, perder esse instrumento seria prejudicial não apenas para a Câmara, mas, principalmente, para a população, pois o quadrimestre garante transparência, diálogo e participação popular. No entanto, criticou a postura do executivo, relatando que

o material do quadrimestre foi entregue apenas no mesmo dia da audiência, com modificações em relação à versão anterior e sem qualquer sinalização de quais dados haviam sido alterados. Isso, segundo ela, representa um descumprimento com a Casa Legislativa e com o trabalho de análise dos vereadores. Reiterou, portanto, o pedido para que qualquer retificação futura seja devidamente sinalizada, de modo a valorizar a leitura e o estudo do relatório. Em seguida, abordou a questão dos salários em atraso, principalmente dos profissionais da saúde, que constantemente enfrentam incertezas no recebimento. Destacou que a situação também atinge estagiários da educação, contratados por RPA e funcionários da empresa terceirizada Capital, que presta serviços à educação. Lembrou ainda o compromisso assumido pelo prefeito com aposentados e pensionistas, de publicar um cronograma de pagamentos até dezembro, promessa que até o momento não foi cumprida. Para ela, é inadmissível que trabalhadores que contribuíram uma vida inteira não tenham a garantia de receber seus vencimentos em dia. Relatou que já enviou ofício à Secretaria de Saúde solicitando explicações e cobrando o pagamento imediato, reforçando que, mesmo diante da crise financeira municipal, o funcionalismo deve ser prioridade. Por fim, tratou da questão do transporte público, tema recorrente em suas falas na tribuna. Lembrou que o serviço é essencial para garantir o acesso à escola, ao trabalho e aos hospitais, mas que em Petrópolis a passagem é uma das mais caras do estado, enquanto o serviço oferecido é precário. Ressaltou ainda que os rodoviários também sofrem com atrasos salariais e criticou a nota da empresa TURP, que justificou o atraso alegando aguardar repasse do Vale Educação para quitar salários. Destacou que esse recurso não pode ser utilizado para pagamento de pessoal, mas sim para investimento na frota, o que já indicaria irregularidade. afirmou que já oficiou a empresa e que sua bancada anexou uma petição na ação do aumento da tarifa solicitando perícia judicial para verificar a quilometragem real dos ônibus e os custos operacionais. Segundo ela, não faz sentido que o custo tenha diminuído e, ainda assim, a tarifa precise aumentar. Concluiu defendendo que a cidade aproveite o programa PAC Seleções de Mobilidade, que prevê empréstimos para aquisição de ônibus. Ressaltou, contudo, que esses veículos não podem ser entregues às atuais empresas concessionárias, pois rapidamente ficariam sucateados. Defendeu, então, a criação de uma empresa pública de transporte com tarifa zero, garantindo dignidade, mobilidade e o transporte como direito para toda a população. Agradeceu e despediu-se. **3) PROFESSORA LÍVIA, PCDoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Comentou sobre a apresentação do quadrimestre realizada no dia anterior, com destaque para a forma como a Secretaria de Educação vem tratando os estagiários da rede municipal. Segundo ela, o relatório da própria secretária admitiu que, desde março, não foi realizada nenhuma formação para os estagiários — ou seja, seis meses sem capacitação. Destacou que esses estagiários acompanham estudantes com deficiência em situação de inclusão nas escolas e centros de educação infantil. Questionou, então, se a falta de formação para os estagiários não revela também uma fragilidade ainda maior da rede, já que o nível de adesão dos profissionais de educação às formações é baixíssimo. Indagou se o problema estaria na forma como as capacitações estão sendo ofertadas. Dirigindo-se diretamente às estagiárias e estagiários, a vereadora reconheceu que eles sofrem hoje com duas inseguranças principais: a primeira, não saber se no ano seguinte continuarão acompanhando o mesmo estudante com deficiência; a segunda, os re-

correntes atrasos de pagamento. Para enfrentar a primeira questão, ela destacou a tramitação de um projeto de lei de sua autoria, que garante a permanência do estagiário junto ao mesmo estudante já matriculado na rede no ano seguinte. Ressaltou que a proposta busca dar segurança às famílias, às professoras, às escolas e também aos estagiários. Sobre a segunda questão, informou ter protocolado outro projeto de lei, a pedido do movimento estudantil, para impedir que a prefeitura rompa contratos de forma unilateral quando houver paralisação motivada pelo atraso de pagamento. Lembrou que o estagiário não pode ser penalizado se a própria Secretaria de Educação não cumprir suas obrigações, como o pagamento da bolsa auxílio e do vale-transporte. Reforçou que o pedido feito pelos representantes dos estagiários na audiência pública foi claro: que a Secretaria de Educação realize os pagamentos em dia. Ressaltou que muitos dependem da bolsa auxílio para custear a graduação, pagar aluguel ou garantir a alimentação da família, sendo inadmissível que permaneçam nessa insegurança. Por fim, criticou a postura da Secretaria de Educação diante dos questionamentos da Câmara. Segundo ela, há orientação para desconsiderar ofícios enviados pelos vereadores, respondendo apenas a requerimentos de informação. No entanto, mesmo nesses casos, a secretária teria encaminhado respostas evasivas, praticamente sem conteúdo. Lamentou a falta de compromisso da pasta com a transparência e com a formação dos estagiários, classificando a situação como grave e prejudicial para toda a rede municipal. Prosseguiu abordando as condições de trabalho das servidoras e dos servidores municipais. Com exemplares do Diário Oficial em mãos — das edições de 18 e 22 de setembro —, destacou que basta acompanhar essas publicações para constatar o elevado número de licenças para tratamento de saúde em toda a rede municipal na educação, na saúde e na administração direta. Ressaltou que a quantidade de servidores adoecendo é enorme e questionou qual a estratégia da prefeitura para enfrentar esse quadro de adoecimento relacionado ao trabalho, que tem gerado afastamentos constantes e readaptações. Comparando os dados deste ano com os do ano anterior, observou que houve aumento significativo nas licenças médicas, resultado, segundo ela, do estresse e da sobrecarga de trabalho. Citou como exemplo as cozinheiras da rede de educação, ressaltando o número expressivo de afastamentos por adoecimento. Mencionou que, em audiência realizada no dia anterior, a secretária de Educação apontou o risco de terceirização dos serviços de cozinheiras e auxiliares de serviços gerais, sob o argumento de que essas categorias seriam as que mais adoecem. Para ela, essa justificativa não se sustenta sem que se faça a pergunta essencial: por que esses trabalhadores adoecem? E a resposta, segundo ela, está nas condições subumanas de trabalho. Explicou que esses profissionais lidam diariamente com cargas pesadas, panelas grandes, calor intenso, frio, além da ausência de equipamentos e tecnologias que já existem em outras cozinhas, mas não chegam às escolas públicas. Nesse contexto, questionou como garantir saúdes com deficiência em situação de inclusão nas escolas e centros de educação infantil. Questionou, então, se a falta de formação para os estagiários não revela também uma fragilidade ainda maior da rede, já que o nível de adesão dos profissionais de educação às formações é baixíssimo. Indagou se o problema estaria na forma como as capacitações estão sendo ofertadas. Dirigindo-se diretamente às estagiárias e estagiários, a vereadora reconheceu que eles sofrem hoje com duas inseguranças principais: a primeira, não saber se no ano seguinte continuarão acompanhando o mesmo estudante com deficiência; a segunda, os re-

correntes atrasos de pagamento. Para enfrentar a primeira questão, ela destacou a tramitação de um projeto de lei de sua autoria, que garante a permanência do estagiário junto ao mesmo estudante já matriculado na rede no ano seguinte. Ressaltou que a proposta busca dar segurança às famílias, às professoras, às escolas e também aos estagiários. Sobre a segunda questão, informou ter protocolado outro projeto de lei, a pedido do movimento estudantil, para impedir que a prefeitura rompa contratos de forma unilateral quando houver paralisação motivada pelo atraso de pagamento. Lembrou que o estagiário não pode ser penalizado se a própria Secretaria de Educação não cumprir suas obrigações, como o pagamento da bolsa auxílio e do vale-transporte. Reforçou que o pedido feito pelos representantes dos estagiários na audiência pública foi claro: que a Secretaria de Educação realize os pagamentos em dia. Ressaltou que muitos dependem da bolsa auxílio para custear a graduação, pagar aluguel ou garantir a alimentação da família, sendo inadmissível que permaneçam nessa insegurança. Por fim, criticou a postura da Secretaria de Educação diante dos questionamentos da Câmara. Segundo ela, há orientação para desconsiderar ofícios enviados pelos vereadores, respondendo apenas a requerimentos de informação. No entanto, mesmo nesses casos, a secretária teria encaminhado respostas evasivas, praticamente sem conteúdo. Lamentou a falta de compromisso da pasta com a transparência e com a formação dos estagiários, classificando a situação como grave e prejudicial para toda a rede municipal. Prosseguiu abordando as condições de trabalho das servidoras e dos servidores municipais. Com exemplares do Diário Oficial em mãos — das edições de 18 e 22 de setembro —, destacou que basta acompanhar essas publicações para constatar o elevado número de licenças para tratamento de saúde em toda a rede municipal na educação, na saúde e na administração direta. Ressaltou que a quantidade de servidores adoecendo é enorme e questionou qual a estratégia da prefeitura para enfrentar esse quadro de adoecimento relacionado ao trabalho, que tem gerado afastamentos constantes e readaptações. Comparando os dados deste ano com os do ano anterior, observou que houve aumento significativo nas licenças médicas, resultado, segundo ela, do estresse e da sobrecarga de trabalho. Citou como exemplo as cozinheiras da rede de educação, ressaltando o número expressivo de afastamentos por adoecimento. Mencionou que, em audiência realizada no dia anterior, a secretária de Educação apontou o risco de terceirização dos serviços de cozinheiras e auxiliares de serviços gerais, sob o argumento de que essas categorias seriam as que mais adoecem. Para ela, essa justificativa não se sustenta sem que se faça a pergunta essencial: por que esses trabalhadores adoecem? E a resposta, segundo ela, está nas condições subumanas de trabalho. Explicou que esses profissionais lidam diariamente com cargas pesadas, panelas grandes, calor intenso, frio, além da ausência de equipamentos e tecnologias que já existem em outras cozinhas, mas não chegam às escolas públicas. Nesse contexto, questionou como garantir saúdes com deficiência em situação de inclusão nas escolas e centros de educação infantil. Questionou, então, se a falta de formação para os estagiários não revela também uma fragilidade ainda maior da rede, já que o nível de adesão dos profissionais de educação às formações é baixíssimo. Indagou se o problema estaria na forma como as capacitações estão sendo ofertadas. Dirigindo-se diretamente às estagiárias e estagiários, a vereadora reconheceu que eles sofrem hoje com duas inseguranças principais: a primeira, não saber se no ano seguinte continuarão acompanhando o mesmo estudante com deficiência; a segunda, os re-

correntes atrasos de pagamento. Para enfrentar a primeira questão, ela destacou a tramitação de um projeto de lei de sua autoria, que garante a permanência do estagiário junto ao mesmo estudante já matriculado na rede no ano seguinte. Ressaltou que a proposta busca dar segurança às famílias, às professoras, às escolas e também aos estagiários. Sobre a segunda questão, informou ter protocolado outro projeto de lei, a pedido do movimento estudantil, para impedir que a prefeitura rompa contratos de forma unilateral quando houver paralisação motivada pelo atraso de pagamento. Lembrou que o estagiário não pode ser penalizado se a própria Secretaria de Educação não cumprir suas obrigações, como o pagamento da bolsa auxílio e do vale-transporte. Reforçou que o pedido feito pelos representantes dos estagiários na audiência pública foi claro: que a Secretaria de Educação realize os pagamentos em dia. Ressaltou que muitos dependem da bolsa auxílio para custear a graduação, pagar aluguel ou garantir a alimentação da família, sendo inadmissível que permaneçam nessa insegurança. Por fim, criticou a postura da Secretaria de Educação diante dos questionamentos da Câmara. Segundo ela, há orientação para desconsiderar ofícios enviados pelos vereadores, respondendo apenas a requerimentos de informação. No entanto, mesmo nesses casos, a secretária teria encaminhado respostas evasivas, praticamente sem conteúdo. Lamentou a falta de compromisso da pasta com a transparência e com a formação dos estagiários, classificando a situação como grave e prejudicial para toda a rede municipal. Prosseguiu abordando as condições de trabalho das servidoras e dos servidores municipais. Com exemplares do Diário Oficial em mãos — das edições de 18 e 22 de setembro —, destacou que basta acompanhar essas publicações para constatar o elevado número de licenças para tratamento de saúde em toda a rede municipal na educação, na saúde e na administração direta. Ressaltou que a quantidade de servidores adoecendo é enorme e questionou qual a estratégia da prefeitura para enfrentar esse quadro de adoecimento relacionado ao trabalho, que tem gerado afastamentos constantes e readaptações. Comparando os dados deste ano com os do ano anterior, observou que houve aumento significativo nas licenças médicas, resultado, segundo ela, do estresse e da sobrecarga de trabalho. Citou como exemplo as cozinheiras da rede de educação, ressaltando o número expressivo de afastamentos por adoecimento. Mencionou que, em audiência realizada no dia anterior, a secretária de Educação apontou o risco de terceirização dos serviços de cozinheiras e auxiliares de serviços gerais, sob o argumento de que essas categorias seriam as que mais adoecem. Para ela, essa justificativa não se sustenta sem que se faça a pergunta essencial: por que esses trabalhadores adoecem? E a resposta, segundo ela, está nas condições subumanas de trabalho. Explicou que esses profissionais lidam diariamente com cargas pesadas, panelas grandes, calor intenso, frio, além da ausência de equipamentos e tecnologias que já existem em outras cozinhas, mas não chegam às escolas públicas. Nesse contexto, questionou como garantir saúdes com deficiência em situação de inclusão nas escolas e centros de educação infantil. Questionou, então, se a falta de formação para os estagiários não revela também uma fragilidade ainda maior da rede, já que o nível de adesão dos profissionais de educação às formações é baixíssimo. Indagou se o problema estaria na forma como as capacitações estão sendo ofertadas. Dirigindo-se diretamente às estagiárias e estagiários, a vereadora reconheceu que eles sofrem hoje com duas inseguranças principais: a primeira, não saber se no ano seguinte continuarão acompanhando o mesmo estudante com deficiência; a segunda, os re-

ção. Também fez referência à vereadora professora Júlia, destacando sua ligação com o colégio Rui Barbosa no Alto da Serra. Por fim, registrou ainda o aniversário de 25 anos da Escola Salvador Kling, localizada na Mosela. Ao contrário. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS** o Senhor Presidente, passou à **ORDEM DO DIA: Colocado em 2º discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3214/2024 do Vereador Junior Paixão; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Júlia Casamasso, do Vereador Léo França, do Vereador Octávio Sampaio, do Vereador Tiago Leite e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 2º discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3433/2025 do Vereador Dr. Aloisio; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Júlia Casamasso, do Vereador Léo França, do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 2º discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3965/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Tiago Leite; Colocado em discussão e votação a Emenda Modificativa nº: 8573/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; a Emenda foi aprovada com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 2º discussão e votação o Projeto de Lei nº: 5479/2025 do Vereador Junior Coruja; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 1º discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4422/2025 do Vereador Dr. Aloisio; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Léo França, do Vereador Octávio Sampaio e da Vereadora Professora Lívia; Registre-se que o Projeto nº: 7995/2025 do Vereador Tiago Leite foi retirado de pauta; Colocado em 2º discussão e votação o Projeto de Resolução nº: 6887/2025 da Vereadora Professora Lívia; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Júlia Casamasso, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Registre-se que a Indicação Legislativa nº: 619/2025 da Vereadora Gilda Beatriz foi retirada de pauta; Colocado em discussão e votação a Indicação Legislativa nº: 1361/2025 do Vereador Junior Paixão; a Indicação foi aprovada com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em discussão e votação a Indicação Legislativa nº: 3545/2025 do Vereador Gil Magno; a Indicação foi aprovada com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em bloco as Indicações nº: 1069, 1070, 1071, 2478, 2719, 2752, 3289, 4964, 4965, 5001, 5138, 5146, 5200, 5283, 5291, 5292, 6488, 6844, 6852, 7054, 7055, 8384, 8387, 8405, 8470, 8472, 8473 e 8474/2025; as Indicações foram aprovadas com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu e do Vereador Octávio Sampaio; Terminada a **ORDEM DO DIA e NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às deztoze horas e quarenta e três minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia primeiro de outubro às quatorze horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.**

Vinicius Martins